

**4º CONCURSO
1984**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as respostas devem ser justificadas, mencionando-se, sempre que for o caso, os dispositivos legais pertinentes.

SEÇÃO I - DIREITO ADMINISTRATIVO

Disserte sobre:

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: conceito e fundamentos doutrinários - limites - controle jurisdicional.

SEÇÃO II - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Alguns funcionários acionam o Estado, em procedimento ordinário, para reclamar a concessão de determinado benefício, a que todos afirmam fazer jus. Depois de citado o réu, outros funcionários requerem intervenção no processo, como litisconsortes ativos, alegando encontrar-se em situação jurídica igual à dos autores primitivos e sustentando a ocorrência de conexão entre as ações. O juiz defere a intervenção, apesar da impugnação do Estado, afirmando que, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, poderia determinar a reunião de processos, se instaurados separadamente; logo, pela mesma razão, pode admitir o litisconsórcio. Entretanto, um segundo requerimento de intervenção, formulado por outro grupo de funcionários, às vésperas da audiência, vem a ser indeferido, pelo fundamento de que a admissão de novos litisconsortes, àquela altura, retardaria inevitavelmente o julgamento da causa. Na sentença, o juiz rejeita a preliminar de prescrição, suscitada na contestação do Estado, mas declara improcedentes os pedidos de todos os funcionários litigantes, por entender inconstitucional a lei concessiva do benefício pleiteado.

Pergunta-se:

- a) que recurso caberia contra o deferimento do litisconsórcio, no primeiro caso? E contra o respectivo indeferimento, no segundo?

- b) foi corretamente fundamentada a decisão do juiz que deferiu a primeira intervenção requerida?
- c) deve o Estado apelar da sentença, se quiser insistir, perante o órgão *ad quem*, no acolhimento da preliminar de prescrição?
- d) se nem todos os autores apelarem, o recurso interposto por alguns deles produzira efeitos para os outros?
- e) supondo-se que transite em julgado a decisão favorável ao Estado, se mais tarde outros funcionários, estranhos ao primeiro processo, propuserem ação para pedir igual benefício, invocando a mesma lei, poderá o Estado alegar eficazmente a existência de coisa julgada quanto à inconstitucionalidade desta?

Justifique as respostas, mencionando os dispositivos legais pertinentes.

SEÇÃO III - DIREITO CONSTITUCIONAL

A Assembléia Legislativa do Estado X aprovou projeto de lei, de iniciativa de um de seus deputados, do seguinte teor:

“Art. 1.º - A realização de quaisquer espetáculos públicos de diversão fora de estabelecimentos permanentes licenciados para essa finalidade, tais como teatros, cinemas, auditórios congêneres, e notadamente a realização de espetáculos ao ar livre, em áreas do domínio público ou privado, dependerá de prévia autorização do poder público estadual.

Parágrafo único - O promotor do espetáculo deverá requerer a autorização à Secretaria de Estado de Segurança Pública, instruindo o pedido com indicação das condições de atendimento aos requisitos de segurança, proteção contra incêndio, sistema de entrada, saída e estacionamento de veículos e demais condições da utilização do local, devendo, quando for o caso, detalhar os equipamentos a serem utilizados, as instalações temporárias projetadas e anexar a autorização do proprietário do imóvel.

Art. 2.º - Ficam criados, no quadro de funcionários efetivos do Estado, 100 cargos de Fiscal de Diversões Públicas, com a atribuição de fiscalização de espetáculos conforme for especificado na regulamentação a ser editada, e vencimentos mensais de Cr\$ 2.000.000,00.

Parágrafo único - O primeiro provimento dos cargos criados por este artigo far-se-á por livre nomeação do Governador dentre atuais funcionários integrantes da carreira policial que tenham diploma de nível universitário e contem mais de 5 anos de serviço público; as vagas posteriormente ocorridas serão preenchidas mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 3.º - Fica criada a Taxa Estadual de Diversões Públicas, devida pelo promotor do espetáculo, cujo valor corresponderá a 10% do valor devido a título de Imposto sobre Serviços.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

O Governador sancionou o projeto; a lei foi promulgada e publicada. Posteriormente, indagou o Governador à Procuradoria Geral do Estado:

- a) a autorização que venha a ser *concedida* pelo Estado (art. 1.º) afasta a necessidade de aprovação pelo Município, ou a autoridade municipal também pode sujeitar a realização do espetáculo à sua autorização?
- b) tendo o Governador sancionado o projeto ser-lhe-ia ainda possível argüir a inconstitucionalidade por vício de iniciativa dos arts. 2.º (criação de cargos públicos) e 3.º (criação de tributo)?
- c) independentemente da resposta a letra b, a previsão do art. 2.º de que o provimento inicial dos cargos por ele criados dar-se-á mediante aproveitamento de funcionários integrantes da carreira policial é constitucional? Fará diferença a circunstância de tais funcionários terem ou não prestado concurso público para sua admissão ao cargo que já ocupam na carreira policial?
- d) independentemente da resposta à letra b, é constitucional a taxa criada?

SEÇÃO IV - DIREITO CIVIL E COMERCIAL

TÍCIO E CAIO ajustaram, entre si, a compra e venda de uma jóia, pelo preço de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), tendo CAIO, o comprador, no ato da compra, pago a TÍCIO parte do preço, no montante de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

O vendedor se obrigou a entregar o bem vendido no dia 5 de junho de 1984, não o tendo feito, porque não providenciou a tempo a retirada da jóia do banco em que se encontrava custodiada.

Acontece que, no dia 8 de junho de 1984, o edifício em que se situava a seção de custódia do referido banco veio a ruir, quando a jóia ainda ali estava, vindo ela a perecer.

CAIO havia contratado com PAULO a exibição da jóia em uma exposição a realizar-se em Porto Alegre, no dia 4 de agosto de 1984, tendo CAIO incorrido em despesas da ordem de Cr\$ 1.000.000 (hum milhão de cruzeiros), com a elaboração de panfletos relatando a história da jóia e divulgando o seu especial processo de lapidação. Nesse contrato, entre CAIO e PAULO, ficou estipulada uma cláusula penal compensatória no valor de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), para a hipótese de descumprimento da obrigação por quaisquer das partes.

PAULO teve prejuízos da ordem de Cr\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), por isso que contratara recepcionistas para trabalhar no "stand" em que se realizaria a mostra da jóia, que terminou por não ocorrer.

Responda fundamentadamente ao seguinte:

- a) quais os direitos de CAIO, perante TÍCIO, em conseqüência do comportamento desse último?
- b) quais os direitos de PAULO em face de CAIO?

SEÇÃO V - DIREITO TRIBUTARIO

1. Em abril de 1975, o Estado do Rio de Janeiro, valendo-se de autorização constante de Convênio interestadual, concedeu isenção de ICM para as operações mercantis que tivessem por objeto determinada mercadoria. Em janeiro de 1976, novo Convênio revogou o Convênio anterior, que autorizara a outorga daquela isenção.
2. A Empresa A, durante todo o ano de 1976, continuou vendendo aquela mercadoria sem pagamento de ICM, razão pela qual sofreu autuação fiscal, em abril de 1977.
3. Defendendo-se contra o Auto de Infração, a Empresa A alegou que a revogação da Isenção dependeria de disposição da legislação tributária estadual e que, de qualquer modo, a isenção subsistiria até o final de 1976.
4. A defesa da Empresa não foi acolhida em qualquer das instâncias administrativas. A decisão final no processo administrativo tornou-se definitiva em outubro de 1978.
5. Em novembro de 1983, ausente pagamento do débito, foi proposta execução fiscal contra a Empresa A.

Pergunta - se:

- a) poderia a isenção ter sido validamente revogada:
 - apenas pelo Convênio?
 - apenas por disposição da legislação tributária estadual?
 - ou haveria necessidade de ambos?
- b) qual sua opinião sobre a tese de que a isenção tenha subsistido até o final de 1976?
- c) quando ocorreu o lançamento tributário, na hipótese acima descrita?
- d) teria ocorrido prescrição? Houve decadência?

Justificar as respostas.

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

INSTRUÇÕES ESPECIAIS:

Cada questão devera ser respondida em folha pautada separada.

Todas as respostas deverão ser fundamentadas e, quando cabível, com indicação dos dispositivos constitucionais em que baseadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES (6)

1ª Questão (20 pontos)

DISSERTAÇÃO:

A forma como elemento essencial do ato administrativo.

2ª Questão (15 pontos)

F., motorista admitido no serviço público sob o regime da CLT e posto à disposição de autoridade judiciária estadual, retira à noite, com permissão escrita de servidor responsável pela garagem oficial, o veículo em que trabalha, para o fim de conduzir um amigo doente, em perigo de vida, ao Hospital Rocha Faria. No trajeto, em rua mal iluminada, F. atropela e mata um transeunte que, alcoolizado, se teria, segundo testemunhas, lançado à frente do veículo. Em conseqüência, a viúva da vítima aciona o Estado.

Pergunta:

- a) deve o Estado responder pelos danos causados pelo motorista oficial?
- b) a responsabilidade do Estado depende da prévia determinação da culpa do seu motorista?
- c) poderia o Estado, para evitar os riscos do processo judicial, oferecer composição de danos no processo administrativo?

3ª Questão (15 pontos)

A Administração Pública é absolutamente livre para alterar o conteúdo da relação jurídica estatutária, mantida com seus funcionários?

4ª Questão (20 pontos)

À vista do conceito que tenha o candidato da expressão **poder de polícia**, indaga-se:

- a) há distinção conceitual entre **poder de polícia e função administrativa**?
- b) que haveria de peculiar e exclusivo do poder de polícia, no que toca aos limites de seu exercício, fazendo-se confronto com as demais modalidades de agir da Administração Pública?

5ª Questão (15 pontos)

TOMBAMENTO:

- a) pode o Estado do Rio de Janeiro tomar bem do patrimônio da União?
- b) o direito de indenização do proprietário do bem tombado harmoniza-se com os princípios constitucionais que definem o direito de propriedade?

6ª Questão (15 pontos)

DESAPROPRIAÇÃO:

- a) pode o Estado do Rio de Janeiro desapropriar ações do capital de uma sociedade anônima?
- b) em caso de resposta afirmativa, com se determinaria a justa indenização devida?

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES (6)

1ª Questão (30 pontos)

DISSERTAÇÃO:

O poder constituinte dos Estados-membros da Federação.

Conceito, características e limitações.

Poderes residuais e competência legislativa concorrente, supletiva e complementar.

2ª Questão (20 pontos)

Ao elaborar a Constituição de Estado-membro da Federação, o legislador constituinte estadual nela incluiu dispositivo assegurando aos funcionários públicos do Estado a gratificação conhecida como "13º salário".

É constitucional tal disposição inscrita em Carta Estadual?

3ª Questão (20 pontos)

A Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei que veda o transporte, para fora do Estado, de madeiras de determinada espécie. Suscitadas dúvidas quanto à constitucionalidade do projeto, o Governador pede o parecer da Procuradoria Geral. Como você se pronunciará a respeito?

4ª Questão (10 pontos)

Qual o sentido das expressões "patrimônio" e "entidades públicas" no § 31 do art. 153 da Constituição Federal?

5ª Questão (10 pontos)

Em face do art. 125, I e VIII, da Constituição Federal, esclareça perante que justiça deve ser impetrado mandado de segurança contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal.

6ª Questão (10 pontos)

É possível a ação direta de inconstitucionalidade em face de lei municipal contrária à Constituição Federal?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

QUESTÕES (5)

1ª Questão (20 pontos)

Em que se distinguem o direito subjetivo e o direito potestativo?

Dar um exemplo de cada qual.

2ª Questão (20 pontos)

TÍCIO deve a CAIO a importância de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), dívida garantida fidejussoriamente por PAULO, que se obrigou como principal pagador.

CAIO aceita de TÍCIO, em pagamento do débito, um carro, do qual vem a ser despojado, por isso que vencido em ação reivindicatória promovida por CESAR.

CAIO pretende receber de TÍCIO e PAULO a importância de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), relativa à obrigação que se extinguiu, qualificando-os como solidariamente obrigados.

TÍCIO e PAULO resistem à pretensão.
Quais os direitos de CAIO?

3ª Questão (20 pontos)

É possível, no direito cambiário, a emissão de nota promissória cujo valor seja determinado em função de índices de correção monetária?

É lícita a cláusula de juros na nota promissória?

4ª Questão (20 pontos)

TÍCIO doou, a CAIO, uma motocicleta, que estava com o sistema de freios defeituoso, negligente que era TÍCIO na manutenção da dita motocicleta.

CAIO dirigia a referida motocicleta quando, em decorrência do mencionado defeito, veio a colidir com um carro, sofrendo escoriações generalizadas, cujo tratamento exigiu de CAIO vultosas despesas médicas e de hospitalização.

Pergunta-se:

- relativamente aos fatos acima descritos, TÍCIO é responsável, perante CAIO, pela indenização relativa aos prejuízos por este sofridos?

5ª Questão (20 pontos)

Em 15 de janeiro de 1960, ANTONIO, residente em São Paulo, promete vender a BENEDITO, por instrumento particular não registrado, um apartamento situado na cidade do Rio de Janeiro, imitando, nesse ato, o promitente comprador na posse do imóvel.

Falecendo BENEDITO no ano seguinte, os direitos deste, decorrentes do aludido instrumento, foram transmitidos a seu filho CARLOS, tendo sido o formal de partilha homologado por sentença que transitou em julgado em 15 de janeiro de 1962.

Havendo completado o pagamento do preço, e não localizando o promitente vendedor para dele obter a escritura definitiva de compra e venda, CARLOS ajuizou, em 15 de janeiro de 1978, uma ação de usucapião, sob a invocação do art. 551 do Código Civil.

A sentença foi proferida em 15 de janeiro de 1979.

Pergunta-se:

- tinha CARLOS amparo legal para ver reconhecida, a seu favor, a ocorrência de usucapião?

DIREITO TRIBUTÁRIO
QUESTÕES (6)

1ª Questão (20 pontos)

A Empresa X, em fevereiro de 1985, ajuizou ação declaratória contra o Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ver reconhecido seu alegado direito a lançar, nos seus livros fiscais, os "créditos" de ICM correspondentes às entradas, em seu estabelecimento, de mercadorias importadas do Exterior, isentas desse tributo, ocorridas no período de 1.º de janeiro de 1978 a 30 de junho de 1984.

Pergunta:

- Dê as razões para a resposta do Estado em tal demanda.

2ª Questão (15 pontos)

Duas pessoas ajustaram entre si a compra e venda de certo imóvel, situado neste Estado, e assim fizeram lavrar escritura pública de promessa de compra e venda da qual não constava cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade, e que não foi levada ao Registro de Imóveis.

Ao fim de 180 dias, - incorrendo pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, devido dentro de 90 dias da data daquela escritura, a Administração efetuou o lançamento *ex officio*.

O contribuinte impugnou a exigência fiscal, alegando e provando que o negócio fora desfeito pelas partes no 4º mês após a data de escritura e, de qualquer modo ele, contribuinte, era titular de crédito, ora em fase de liquidação, contra a Fazenda Estadual, de valor maior que o débito reclamado.

Pergunta:

- procedem as alegações da impugnação, como razão para invalidar o lançamento?
- há outro motivo que afaste o cabimento da exigência fiscal?

3ª Questão (20 pontos)

Discorra sobre os princípios da anualidade e da anterioridade.

4ª Questão (15 pontos)

Determinada pessoa física adquiriu de outra uma farmácia, estipulando-se, no contrato de compra e venda do estabelecimento, que o vendedor assumia plena responsabilidade por eventuais débitos fiscais anteriores à operação, ainda que apurados posteriormente. Um ano depois da operação, a Administração Tributária Estadual fez lavrar auto de infração contra o adquirente do estabelecimento, por

débitos de ICM relativos a vendas de mercadorias efetuadas em anos anteriores à aquisição da farmácia. Defendeu-se o autuado, dizendo não ser responsável pelo tributo reclamado, porquanto o vendedor, antigo dono, assumira tal responsabilidade.

Pergunta:

- a) podia o Fisco cobrar o imposto do novo proprietário?
- b) tem razão o autuado quando impute a responsabilidade pelo tributo ao antigo proprietário do estabelecimento?

5ª Questão (15 pontos)

Um Convênio interestadual estabeleceu que os importadores deveriam pagar o ICM antes do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas. Tão logo em vigor esse Convênio, determinado importador, alegando pretender efetivar importações futuras, impetrou mandado de segurança contra a exigência, alegando que o Convênio exorbitara, ao criar novo fato gerador de ICM não previsto em lei.

Pergunta:

- Qual a defesa do Estado nesse processo de mandado de segurança?

6ª Questão (15 pontos)

Os dirigentes de um grupo de empresas, sob mesmo controle acionário, atribuem a uma dessas empresas (a Prestadora), estabelecida no Município do Rio de Janeiro, o encargo de prestar determinados serviços às demais empresas do grupo, gratuitamente, no interesse comum do grupo, mediante simples reembolso do custo comprovado dos serviços.

No curso da fiscalização, verificou o Agente da Administração Tributária Municipal que inoqueria pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) com relação aos serviços que a Prestadora realizava para as outras empresas do grupo, embora esses serviços, apesar de não estarem nominalmente mencionados na Lista de Serviços Tributados, fossem semelhantes e equiparáveis a outros expressamente referidos nessa Lista.

O Agente procedeu ao lançamento *ex officio* e ao ser intimado, o contribuinte ofereceu impugnação, arguindo em sua defesa que:

- a) o serviço realizado não seria tributável, por não constar expressamente da Lista de Serviços Tributados;
- b) os serviços não se sujeitariam ao imposto, uma vez que a Prestadora não auferia remuneração e nem obtinha lucro pela prestação deles às outras empresas do grupo, que só reembolsavam seu custo;
- c) as empresas beneficiárias dos serviços não eram estabelecidas no Município do Rio de Janeiro e os serviços tinham sido prestados por empregados da Prestadora, na sede dos beneficiários, fora do Rio de Janeiro, de modo que

o imposto, se devido, pertenceria à competência impositiva de Municípios diferentes;

- d) o Agente exorbitara em sua atividade, incorrendo em excesso de exação.

Pergunta:

- procedem as alegações da impugnação?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão

O art. 1.049 do Código de Processo Civil cogita de hipótese de competência funcional?

2ª Questão

A, condômino de B no imóvel X, vendeu-o a C, outorgando a escritura em nome próprio e também na qualidade de mandatário de B. Este propõe, em face de A e de C, ação para ver declarada a nulidade do contrato, pelo fundamento de que era falsa a sua suposta assinatura na procuração, por instrumento público, de que se utilizara A. No processo ingressa, como assistente de A, o tabelião D, que lavrara a procuração. O pedido é julgado procedente, e a venda declarada nula.

Posteriormente, C ajuíza outra ação, em face de D, pleiteando o ressarcimento dos danos sofridos em virtude da perda do imóvel. Defende-se D sustentando que não houvera falsidade na procuração, e que no feito anterior só se chegara a resultado diverso porque B deixara de requerer perícia grafotécnica, que teria demonstrado a autenticidade da assinatura.

Tem possibilidade de êxito a defesa de D?

3ª Questão

Contestando ação de responsabilidade civil, alegou o Estado, preliminarmente, que, se porventura fizesse jus o autor à indenização pleiteada, não seria o réu, mas o Município da Capital, que deveria pagá-la. Diante disso, o juiz tomou a iniciativa de determinar que a lide fosse denunciada ao Município.

Pergunta-se:

- a) que recurso cabe contra essa decisão?
- b) como se argumentará, em síntese, para pleitear-lhe a reforma?

4ª Questão

Está obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra sociedade de economia mista criada pelo Estado do Rio de Janeiro?

5ª Questão

Em ação popular, proposta com o fim de anular ato administrativo, o juiz julgou improcedente o pedido, com fundamento na falta de comprovação do vício alegado pelo autor. Pode o Estado, réu no processo, apelar da sentença?

6ª Questão

É preciso argüir a relevância da questão federal, para fazer que o Supremo Tribunal Federal conheça de recurso extraordinário interposto, com base no art. 119, nº III, letra a, primeira parte, em causa de procedimento sumaríssimo?

7ª Questão

O Estado foi condenado, em primeiro e segundo graus de jurisdição, a reintegrar funcionário demitido. Interpôs, então, recurso extraordinário argüindo a relevância da questão federal. O recurso não foi admitido pelo 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o qual ordenou, porém a remessa do instrumento da argüição ao Supremo Tribunal Federal.

Invocando o art. 543, § 4º, do Código de Processo Civil, o autor vitorioso requer a execução do acórdão local. Que faria você, como Procurador do Estado, quando ocorresse a citação deste?

8ª Questão

Pode caber ação rescisória contra sentença proferida em processo cautelar?

9ª Questão

Em execução fiscal, o devedor ofereceu embargos, alegando somente defeitos e omissões na certidão da dívida ativa. A Fazenda Pública deixou passar em branco o prazo para impugnar os embargos, mas antes da sentença, apresentou nova certidão, corrigida. Deve o juiz:

- a) julgar procedentes os embargos?
- b) julgá-los improcedentes?
- c) devolver ao executado o prazo para embargar?

10ª Questão

O Governador do Estado sanciona projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, que autoriza o Secretário de Agricultura a dispensar os produtores hortigranjeiros, em casos especiais, da observância de algumas das prescrições até então obrigatórias, em todo o território estadual, para evitar a contaminação dos produtos. A Associação de Defesa do Consumidor, sociedade civil regularmente constituída, impetra mandado de segurança, apontando como autoridade coatora o Governador e pedindo que se declare inconstitucional a disposição autorizativa e se ordene à Administração que se abstenha de cumpri-la.

Designado para funcionar no processo, como Procurador do Estado, que preliminares suscitaria você?